



## ESTRANGEIROS

DATA DE CHEGADA  
NO PAÍS:

DATA LIMITE DE  
PERMANÊNCIA:

REGISTRO NACIONAL  
DE ESTRANGEIRO nº.:

ANO DE CHEGADA  
NO PAÍS:

## ENDEREÇO E CONTATOS

CEP:

LOGRADOURO:

NÚMERO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

COMPLEMENTO:

ESTADO/UF:

CELULAR (DDD):

E-MAIL:

## DADOS BANCÁRIOS

CÓDIGO DO BANCO:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

DATA E LOCAL

---

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

## 2. DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO

NOME:

CPF:

### VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR

Efetivo ocupante de função de confiança ou cargo em comissão

1 - nome do cargo efetivo:

2- nome do cargo em comissão:

Ocupante de função de confiança ou cargo em comissão

1- nome do cargo em comissão:

Requisitado ou cedido (à disposição, ocupante de cargo em comissão)

1 - nome do cargo efetivo:

2- nome do cargo em comissão:

Possui grau de parentesco, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o Governador, Secretário de Estado, Diretor ou Presidente de Autarquia, ou Fundação Estadual, com Diretor de sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública Estadual, ou Chefe de Coordenadoria Estadual ou com qualquer ocupante de cargos de provimento em comissão ou função gratificada?

SIM NÃO

NOME DO PARENTE

CARGO

RELAÇÃO DE PARENTESCO

ORGÃO

Possui relação conjugal (marido, esposa, companheiro, companheira) com o Governador, Secretário de Estado, Diretor ou Presidente de Autarquia, ou Fundação Estadual, com Diretor de sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública Estadual, ou Chefe de Coordenadoria Estadual ou com qualquer ocupante de cargos de provimento em comissão ou função gratificada?

SIM NÃO

NOME DO CÔNJUGE

CARGO

ORGÃO

Observações:

\*Parente em linha reta (bisavô(ó), avô(ó), pai, mãe, filho(a), neto(a), bisneto(a))

\*\*Parente em linha colateral (tio, tia, irmão, irmã, sobrinho, sobrinha)

\*\*\* Parente por afinidade (sogro, sogra, genro, nora, cunhado, cunhada)

Data e Local

Assinatura do servidor

Base Legal:

**Enunciado nº: 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal**

"A nomeação do cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

### 3. DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARA À SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO PARA FINS DE OCUPAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA QUE:

NÃO ACUMULA CARGOS, EMPREGOU OU FUNÇÕES PÚBLICAS

ACUMULA CARGOS, EMPREGOU OU FUNÇÕES PÚBLICAS DE

NO/NA (DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO)

COM O SEGUINTE HORÁRIO DE TRABALHO:

De segunda à sexta-feira: das                      às                      horas.

De segunda à sexta-feira: das                      às                      horas e sábados das                      às

Segunda-feira    das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

Terça-feira        das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

Quarta-feira     das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

Quinta-feira     das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

Sexta-feira        das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

Sábado            das                      às                      horas.                      das                      às                      horas.

É aposentado no cargo de

recebendo os proventos através do/da

DECLARO SOB AS PENALIDADES LEGAIS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

RENOVAR ESTA DECLARAÇÃO SEMPRE QUE OCORRER ALTERAÇÃO DOS DADOS ACIMA

Data e Local

---

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A) DECLARANTE

## 4. DECLARAÇÃO DE BENS DO SERVIDOR

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARO QUE POSSUO  
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO  
BENS

DISCRIMINAÇÃO

VALOR EM R\$

### OBSERVAÇÕES:

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVA CONSTAR, COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATOS, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

#### CONFORME LEI 8429/92:

ART. 13 A POSSE E O EXERCÍCIO DE AGENTE PÚBLICO FICAM CONDICIONADOS À APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O SEU PATRIMÔNIO PRIVADO, A FIM DE SER ARQUIVADA NO SERVIÇO DE PESSOAL COMPETENTE. PARÁGRAFO 1 - A DECLARAÇÃO COMPREENDERÁ IMÓVEIS, MÓVEIS, SEMOVENTES, DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES E QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE BENS E VALORES PATRIMONIAIS, LOCALIZADO NO PAÍS OU NO EXTERIOR, E, QUANDO FOR O CASO, ABRANGERÁ OS BENS E VALORES PATRIMONIAIS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, DOS FILHOS E DE OUTRAS PESSOAS QUE VIVAM SOB A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO DECLARANTE, EXCLUÍDOS APENAS OBJETOS E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO. **PARÁGRAFO 2 - A DECLARAÇÃO DE BENS SERÁ ANUALMENTE ATUALIZADA E NA DATA EM QUE O AGENTE PÚBLICO DEIXAR O EXERCÍCIO DO MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO. PARÁGRAFO 3 - SERÁ PUNIDO COM A PENA DE DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS, O AGENTE PÚBLICO QUE SE RECUSAR A PRESTAR DECLARAÇÃO DOS BENS, DENTRO DO PRAZO DETERMINADO, OU QUE PRESTAR FALSA.** PARÁGRAFO 4 - O DECLARANTE A SEU CRITÉRIO, PODERÁ ENTREGAR CÓPIA DA DECLARAÇÃO ANUAL DE BENS APRESENTADA A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, COM AS NECESSÁRIAS ATUALIZAÇÕES, PARA SUPRIR A EXIGÊNCIA CONTIDA NO CAPUT E NO PARÁGRAFO 2 DESTE ARTIGO.

DATA E LOCAL

---

ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

## 5. DECLARAÇÃO DE BENS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

NOME:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

NOME CÔNJUGE:

CPF DO CÔNJUGE:

DECLARO QUE POSSUO  
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO  
BENS

DECLARO QUE NÃO POSSUO  
CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)

DISCRIMINAÇÃO

VALOR EM R\$

### OBSERVAÇÕES:

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVERIA CONSTAR, COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATOS, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

#### CONFORME LEI 8429/92:

ART. 13 A POSSE E O EXERCÍCIO DE AGENTE PÚBLICO FICAM CONDICIONADOS À APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O SEU PATRIMÔNIO PRIVADO, A FIM DE SER ARQUIVADA NO SERVIÇO DE PESSOAL COMPETENTE. PARÁGRAFO 1 - A DECLARAÇÃO COMPREENDERÁ IMÓVEIS, MÓVEIS, SEMOVENTES, DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES E QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE BENS E VALORES PATRIMONIAIS, LOCALIZADO NO PAÍS OU NO EXTERIOR, E, QUANDO FOR O CASO, ABRANGERÁ OS BENS E VALORES PATRIMONIAIS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, DOS FILHOS E DE OUTRAS PESSOAS QUE VIVAM SOB A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO DECLARANTE, EXCLUÍDOS APENAS OBJETOS E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO. PARÁGRAFO 2 - A DECLARAÇÃO DE BENS SERÁ ANUALMENTE ATUALIZADA E NA DATA EM QUE O AGENTE PÚBLICO DEIXAR O EXERCÍCIO DO MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO. PARÁGRAFO 3 - SERÁ PUNIDO COM A PENA DE DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS, O AGENTE PÚBLICO QUE SE RECUSAR A PRESTAR DECLARAÇÃO DOS BENS, DENTRO DO PRAZO DETERMINADO, OU QUE PRESTAR FALSA. PARÁGRAFO 4 - O DECLARANTE A SEU CRITÉRIO, PODERÁ ENTREGAR CÓPIA DA DECLARAÇÃO ANUAL DE BENS APRESENTADA A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, COM AS NECESSÁRIAS ATUALIZAÇÕES, PARA SUPRIR A EXIGÊNCIA CONTIDA NO CAPUT E NO PARÁGRAFO 2 DESTE ARTIGO.

DATA E LOCAL

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO DECLARANTE CÔNJUGE OU  
COMPANHEIRO

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

## 6. DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

NOME:

CPF: CARGO/FUNÇÃO:

POSSUO DEPENDENTE(S) NÃO POSSUO DEPENDENTE(S)

1 NOME:

CPF: DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV: SIM NÃO

P.C.D SIM NÃO TIPO: É UNIVERSITÁRIO?: SIM NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?: SIM NÃO

2 NOME:

CPF: DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV: SIM NÃO

P.C.D SIM NÃO TIPO: É UNIVERSITÁRIO?: SIM NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?: SIM NÃO

3 NOME:

CPF: DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV: SIM NÃO

P.C.D SIM NÃO TIPO: É UNIVERSITÁRIO?: SIM NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?: SIM NÃO

4 NOME:

CPF: DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M F

PARENTESCO:

DECLARAR PARA FINS DE IR: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS: SIM NÃO DECLARAR PARA FINS DE IR/PREV: SIM NÃO

P.C.D SIM NÃO TIPO: É UNIVERSITÁRIO?: SIM NÃO

DEPENDENTE PARA SALÁRIO FAMÍLIA?: SIM NÃO

DECLARO SOB AS PENALIDADES LEGAIS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E DE MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, NÃO CABENDO A FONTE PAGADORA QUALQUER RESPONSABILIDADE PERANTE A FISCALIZAÇÃO.

DATA E LOCAL

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU IDENTIDADE DO DEPENDENTE
- 2 - CÓPIA DO CPF DO DEPENDENTE

CONSTITUI CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA A OMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM DOCUMENTO PÚBLICO OU A INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA DIVERSA DA QUE DEVA CONSTAR, COM O FIM DE ALTERAR A VERDADE DO FATO, JURIDICAMENTE RELEVANTE (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO)